

PIANCÓ: FAMÍLIA, CORONELISMO E POLÍTICA NA PRIMEIRA REPÚBLICA

PIANCÓ: FAMILY, CORONELISMO, AND POLITICS IN THE FIRST REPUBLIC

PIANCÓ: FAMILIA, CORONELISMO Y POLÍTICA EN LA PRIMERA REPÚBLICA

Renata Nunes¹, Antonio Gomes Nunes²

DOI: 10.54899/dcs.v23i92.6265

Recibido: 19/06/2026 | Aceptado: 14/07/2026 | Publicación en línea: 21/07/2026.

RESUMO

O presente artigo analisa a presença das oligarquias no sertão paraibano durante a Primeira República, tomando como objeto de estudo a trajetória do padre Aristides Ferreira da Cruz no município de Piancó, entre 1890 e 1920. Busca-se compreender a relação entre esse personagem e as elites locais, evidenciando como as estruturas de poder oligárquicas influenciaram o cotidiano político e social da região. Discute-se, ainda, o domínio exercido pelas famílias influentes, bem como suas estratégias de manutenção do poder por meio de práticas como o clientelismo e o mandonismo. Por fim, examinam-se os conflitos entre o padre Aristides e a família Leite, destacando as disputas políticas e os mecanismos de resistência no contexto do coronelismo.

Palavras-chave: Relações de Poder. Coronelismo. Oligarquia.

ABSTRACT

This article analyzes the presence of oligarchies in the backlands of Paraíba during the First Republic, focusing on the trajectory of Father Aristides Ferreira da Cruz in the city of Piancó between 1890 and 1920. It aims to understand the relationship between this figure and local elites, highlighting how oligarchic power structures shaped the political and social life of the region. It also discusses the dominance of influential families and their strategies to maintain power through practices such as clientelism and bossism. Finally, it examines the conflicts between Father Aristides and the Leite family, emphasizing political disputes and mechanisms of resistance within the context of coronelismo.

Keywords: Power Relations. Coronelismo. Oligarchy.

¹ Graduada em História, Universidade Estadual da Paraíba (UEPB), Guarabira, Paraíba, Brasil.

E-mail: renatinhanunessoares@gmail.com Orcid: <https://orcid.org/0009-0004-7722-3867>

² Doutor em Engenharia de Processos, Universidade Federal de Campina Grande (UFCG), Campina Grande, Paraíba, Brasil. E-mail: nunesag@ufersa.edu.br Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-1504-6795>

RESUMEN

Este artículo analiza la presencia de oligarquías en el *sertão* (interior) de Paraíba durante la Primera República, centrándose en la trayectoria del padre Aristides Ferreira da Cruz en el municipio de Piancó entre 1890 y 1920. Busca comprender la relación entre esta figura y las élites locales, destacando cómo las estructuras de poder oligárquico influyeron en la vida política y social de la región. Asimismo, aborda el dominio ejercido por familias influyentes, así como sus estrategias para mantener el poder mediante prácticas como el clientelismo y el *mandonismo* (caciquismo local). Finalmente, examina los conflictos entre el padre Aristides y la familia Leite, resaltando las disputas políticas y los mecanismos de resistencia en el contexto del *coronelismo*.

Palabras clave: Relaciones de Poder. *Coronelismo*. Oligarquía.



Esta obra está bajo una [Licencia Creative Commons Atribución- NoComercial 4.0 Internacional](https://creativecommons.org/licenses/by-nc/4.0/)

INTRODUÇÃO

Carvalho (1989) afirma que o poder no Brasil passa a ser exercido por famílias influentes. Dessa herança surge o coronelismo, fenômeno político baseado no poder local dos grandes proprietários rurais, que se consolidou durante a Primeira República e se articulou com práticas políticas como a política dos governadores e a política do café com leite. A expressão coronelismo surgiu ainda no Império, uma denominação utilizada para correlacionar aos grandes proprietários de terra durante a Primeira República. Constata-se, o poder das famílias influentes é bastante pertinente na sociedade atual, visto que possuem características evidentes do mandonismo, paternalismo impostos por práticas destes para se manterem por tanto tempo no poder.

Ramos (2020, p. 30) afirma que “conexões familiares frequentemente determinam quem pertence a uma oligarquia. Os governos passam o controle adiante para próxima geração e quem é de fora tem poucas chances de entrar no círculo privilegiado”. Dessa forma, é indubitável que junções familiares lideram fixamente o poder local de um governo, na medida em que prevalece de geração para geração, possuindo não só regalias, como também usufruindo de privilégios que poucos têm a oportunidade de desfrutar. Essa herança dos coronéis faz parte da política brasileira, principalmente quando o assunto é política municipal, onde o poder político dessas localidades é controlado por um grupo familiar com a participação dos seus simpatizantes, usando de alianças

para manutenção do poder, construindo assim, uma linhagem coronelista nas cidades interioranas no período da Primeira República.

A cidade do sertão Piancó é um exemplo, com população de aproximadamente 16.039 habitantes no ano de 2016 no censo do IBGE, considerada uma das cidades mais vetustas do Estado da Paraíba. O regresso mostrava ser bem pertinente durante a Primeira República, logo a família Leite liderou a cidade de Piancó por mais de 200 anos (RAMOS, 2020). Observa-se, que o poder oligárquico durante o período da República Velha era bastante visível, principalmente nos pequenos municípios, onde infelizmente aconteciam práticas através da troca de favores

De acordo com Leal, (2012, p. 74), “... tudo isso indica que o problema do ‘coronelismo’, aparentemente simples, apresenta no seu mecanismo interno grande complexidade”. Dessa forma, naquele cenário do início do século XX, o coronel não era necessariamente um indivíduo rico, poderia ser alguém “remediado”. Verifica-se que, o coronel era rico diante daquele cenário, ou seja, em comparação com os trabalhadores rurais que viviam em condições de extrema pobreza. A verdade é que a carência era muito grande naquele contexto da época, pois os trabalhadores rurais não possuíam nenhum tipo de auxílio que os mantivessem. Logo, devido a essas circunstâncias, os coronéis transmitiam esta imagem de ser um homem rico, porque possuíam terras e subordinando assim os trabalhadores com intuito de se manterem no poder. Por conseguinte, os tópicos a serem analisados para realização da pesquisa são: contexto histórico do coronelismo; coronelismo na Paraíba; as famílias no poder na cidade de Piancó na Primeira República; Padre Aristides Ferreira e sua trajetória em Piancó. Em síntese, o artigo pretende analisar os desdobramentos das práticas oligárquicas presentes na Primeira República, com intuito de compreender as barganhas das famílias no poder naquele período histórico.

CONTEXTO HISTÓRICO DO CORONELISMO

Identificar os principais motivos que ocasionaram o coronelismo é, além de tudo, ressaltar que quando se pensa na patente de coronel, existe uma ligação principalmente à questão da Guarda Nacional, já que foi a instituição que uniu o senhorio rural ao governo. Nesta continuidade está vinculado também a uma necessidade que existiu no Período Imperial, no Brasil, visto que seria uma questão de segurança, na medida em que o Império estava passando por um momento fragilizado, posto que o Império precisava da Guarda Nacional para segurança de reforços para se proteger das rebeliões. De acordo com Carvalho (2002, p. 32):

Os oficiais da Guarda não apenas serviam gratuitamente como pagavam pelas patentes e freqüentemente fardavam as tropas com recursos do próprio bolso. A escolha democrática dos oficiais, por eleição, foi aos poucos sendo eliminada para que a distribuição de patentes de oficiais correspondesse o melhor possível à hierarquia social e econômica. Em contrapartida, a Guarda colocava nas mãos do senhoriato o controle da população local.

Constata-se, que utilizou as forças disponíveis na época, sendo estas justamente os “grupos” dos grandes fazendeiros, já que possuíam grande poder econômico e assim poderiam custear um bando. Então, este título de coronel foi dado a estes terratenentes, ou seja, aos grandes latifundiários, uma vez que pagavam os jagunços. Desta maneira, então, com qualquer movimento do povo para ocasionar uma rebelião contra a política central, acabavam sendo sufocados. Especificadamente, seria este o primeiro impasse para tentar atingir o governo Imperial, período esse onde se tem um período mais fragilizado da política brasileira. Por conseguinte, o imperador renuncia no ano de 1831. Logo, Dom Pedro I volta para Lisboa e então o filho Dom Pedro II acaba assumindo o poder, o que acaba deixando o país na mão de regentes. Aliado a isso também existia naquele período todo um panorama que tentam sustentar para não perderem as determinadas regalias onde se encontravam na época. Nesse cenário surge a Guarda Nacional, foi sancionada no ano de 1831, já no Período Regencial. Segundo Bezerra (2012):

O objetivo era ter um grupo armado para contrabalançar o poder do Exército e aumentar a autonomia das províncias. Após a abdicação de Dom Pedro I, vários grupos políticos como os conservadores, liberais e absolutistas tentam fazer prevalecer suas ideias dentro do governo da Regência Trina. O Exército, por sua vez, também tinha reivindicações ao novo governo. Temerosos que os portugueses quisessem reconquistar o Brasil, alguns oficiais pediam: A suspensão da imigração portuguesa ao Brasil, a destituição de portugueses de cargos públicos, a promulgação de uma nova constituição, e a criação de um novo governo.

Outrossim, com a criação da Guarda Nacional os coronéis se sentiam à vontade para liderar, visto que possuíam poder sob a população local, porque se sentiam à vontade para liderar os municípios. Logo, passaram a exercer a questão do mandonismo político. Nesse sentido, Leal, (2012, 44), apresenta os principais impactos do coronelismo no Brasil, destacando que “... por isso mesmo, o ‘coronelismo’ é, sobretudo, um compromisso, uma troca de proveitos entre o poder público, progressivamente fortalecido, e a decadente influência social dos chefes locais, notadamente os senhores de terras”. Nesta continuidade, surgem grupos que vão se construindo não só para se manterem no poder, como também com intenções de manterem os determinados privilégios no período da Primeira República. Ademais, é evidente que o cenário político era bastante caótico. De acordo com Carvalho (2002, p. 32):

A Guarda era uma organização militarizada que abrangia toda a população adulta masculina. Seus oficiais eram indicados pelo governo central entre as pessoas mais ricas dos municípios. Nela combinavam-se as influências do governo e dos grandes proprietários e comerciantes. Era grande o poder de pressão de seus comandantes sobre os votantes que eram seus inferiores hierárquicos.

Nota-se também que no Período da Primeira República os grandes latifundiários alimentavam a política, movimentavam o dinheiro, possuindo visibilidade consistente no campo político em destaque. Sendo assim, dentro dessa patente de coronéis no Período Regencial, grandes latifundiários passam a ser não somente chefes locais, mas também, temidos por todos aqueles que são dependentes de trabalhos por vezes disponibilizados por esses líderes. Em concordância com Leal (2012, p. 44), já que:

Desse compromisso fundamental resultam as características secundária do sistema “coronelistas”, como sejam, entre outras, o mandonismo, o filhotismo, falseamento do voto, a desorganização dos serviços públicos locais.

Verifica-se que a questão do coronelismo inicia na República, em 1889, na qual os coronéis vão se manter na posição de poder. Além disso, as questões políticas do Brasil durante o período da Primeira República estavam vinculadas a quem dominava as forças econômicas, ou seja, os grandes latifundiários. Esse grupo detinha o maior bloco de votos de suas regiões, mantendo o domínio sobre o eleitorado por meio das práticas do clientelismo. Logo, com estas práticas deixavam estes trabalhadores rurais satisfeitos, então estes grandes latifundiários acabavam construindo linhagem de poder local, e, além de tudo, faziam a economia do Brasil girar a seu favor. Vale salientar também que nada virada do Império para República havia uma grande dependência em relação aos fazendeiros. De acordo com Comparato (2017, p. 115):

Em suma, ao final do Império as Forças Armadas entraram em conflito, não só com os agentes estatais detentores do poder político oficial, mas também com o conjunto dos grandes proprietários agrícolas; ou seja, os dois grupos titulares efetivos do poder soberano do país.

Verifica-se, que no Segundo Reinado os problemas começam a desencadear com o declínio da posição do poder do Imperador. Além disso, no Brasil, durante aquele período existia certa insatisfação com o sistema imperial, pois surgiria a questão do desconforto por parte não só dos fazendeiros por causa do fim da escravidão, como também por parte dos militares revoltados, ocasionando dívidas enormes, questões envolvendo a escravidão e grupos descontentes com os posicionamentos do Imperador. Segundo Gonçalves (2018, p. 170):

Durante o Segundo Reinado, o poder político estava basicamente dividido em dois blocos: os liberais e os conservadores. O partido liberal era composto majoritariamente por proprietários rurais do Sul e do Sudeste, bem como pela classe média de profissionais liberais, que reivindicaram a federalização; o partido conservador era composto por magistrados, comerciantes e burocratas que buscavam a centralização política. O sistema de governo adotado durante o período foi o parlamentarismo, inspirado no sistema inglês; porém, ao contrário dos britânicos, o sistema assumiu no Brasil um caráter centralizador oligárquico.

De acordo com Leal (2012, p. 74): “... a melhor prova de que o ‘o coronelismo’ é antes sintoma de decadência do que manifestação de vitalidade dos senhores rurais nós a temos neste fato: é do sacrifício da autonomia municipal que ele se tem alimentado para sobreviver”. Dessa forma, a República do Brasil não foi instalada por conta da exaustão da população, mas sim foi implantado um golpe. Ademais, os militares com ajuda dos grandes latifundiários que já vinham descontentes, devido principalmente pela libertação dos escravos.

Entretanto, vale ressaltar que Dom Pedro II se empenhou para manter a escravidão, visto que utilizou de termos constitucionais e institucionais para manter permanente a escravidão. De acordo com Carlos César Higa, “... mesmo com a Independência em 1822, a liberdade tão defendida na época não atingiu as senzalas. Durante quase todo o período imperial, boa parte da mão de obra no Brasil era escrava”. Vale destacar também que a princesa Isabel não libertou os escravos, porque era “caridosa”, mas devido ao fato de se encontrar na posição insustentável. Além disso, de acordo com Gonçalves, (2018):

No ano de 1850 o tráfico de negros para o Brasil chegou ao fim. Consta-se, o início de um processo de crise no sistema escravista devido ao aumento de preços dos escravos. Para suprir as necessidades de trabalho não remunerado nos latifúndios, os senhores optam por comprar escravos da região norte do País. Neste cenário, começam a surgir alguns movimentos a favor da abolição, que foram impulsionados pelo fim da Guerra de Secessão nos Estados Unidos, que tinha a abolição da escravatura como um dos motivos. Como resultados de pressões de alguns setores da sociedade, em 1871 o Brasil aprova a Lei do Ventre Livre. A medida indicava que qualquer filho de escravo nascido após sua aprovação seria um cidadão livre.

Diante de todos os acontecimentos, logo os grupos que pretendiam permanecer no poder se reúnem, alinhando forças com os militares estabelecem o Golpe, implantando assim a República em 1889. Verifica-se também que com o surgimento da Primeira República, a chamada política dos governadores, associado não só aos latifundiários, como também aos militares. Evidência que esta política foi uma troca de favores mútuos entre governos federais e estaduais naquele determinado período. A atuação do coronelismo foi muito forte durante a Primeira República, na medida em que os coronéis possuíam não só forças milicianas, mas

também poder político. Além disso, eles possuíam sua moeda de troca, o que seria justamente os votos, algo que os deputados se interessavam, sendo assim ambos saíam favorecidos com esta simbiose. Aliado a isso, a classe pobre não tinha condições para se manter e acabavam ficando à mercê destes indivíduos. De acordo Leal (2012, p. 72) as questões dos compromissos políticos estão bastante atreladas às relações de poder, já que:

A primeira observação de quem estuda o “coronelismo” é, natural e acertadamente, atribuí-lo à hegemonia social do dono de terras. Mas é preciso entender essa hegemonia apenas em relação aos dependentes da sua propriedade, que constituem o seu maço de votos de cabresto. Não é possível compreender essa hegemonia em relação a todo município.

Nesse sentido, as posições coronelistas eram garantidas através da liberação de verbas públicas, visto que os coronéis possuíam forte influência durante a Primeira República, na qual o voto era feito de maneira aberta. Sendo assim, o coronel influenciava por conta do voto dos trabalhadores que moravam nas suas terras. Entretanto, com a Revolução de 1930 começam a entrar na decadência, pelo fato de que Getúlio Vargas retirou os governadores, nomeando interventores da sua confiança. Além disso, automaticamente as questões de troca de favores durante a Primeira República, que era justamente a base das eleições dos governadores, começaram a ser retiradas durante o Governo de Getúlio Vargas. Já que de acordo com Comparato (2017, p. 163):

A centralização de poder na pessoa do Presidente da República teve início desde logo, com a nomeação de Interventores Federais em todos os Estados. Em agosto de 1931, Getúlio baixou o Decreto n. 20 .348, que estabeleceu normas de subordinação dos governos estaduais ao poder central, impondo severa disciplina orçamentária aos Estados e Municípios, com a proibição de que contraíssem empréstimos externos sem a autorização do governo federal; o que contribuiu para reduzir substancialmente o poder dos grupos oligárquicos privados. Tudo isso prenunciava o autoritarismo oficial, se instalando com a instituição do Estado Novo em 1937. Ao mesmo tempo, foram criados vários órgãos de controle da atividade econômica, com a estruturação de um poderoso estamento burocrático.

Da mesma forma que Getúlio Vargas usufruiu o poder, criando a ideia de uma ameaça comunista, para que não pudesse haver eleições. Ademais, implanta também uma Ditadura dentro do seu próprio governo, com intuito de se manter no poder. Entretanto, por outro lado, os coronéis também iniciam as suas articulações para se manterem no poder local, alinhando forças para não perderem as suas posições, já que fariam de tudo para não perderem seu lugar no poder. Verifica-se também que famílias que possuíam poder durante a Primeira República, muitas vezes têm

parentesco com os indivíduos que ocupam o poder nos dias atuais.

Estas relações de poder estão atreladas a uma imagem construída que já vem de uma linhagem de gerações passadas. Deste modo, as famílias que possuíam posições de destaque iriam transmitindo de geração para geração estes controles de “privilégios”, seja porque já faziam favores para pessoas, ajudando arrumar emprego, a formarem seus filhos, construído assim uma tradição familiar em torno do poder. O domínio do poder por parte da parentela durante a Primeira República era predominante, visto que as oligarquias neste período estavam consolidadas localmente no Brasil. constata-se, segundo Leal (2012, p. 74).

Muito longe estão os “coronéis” de hoje e de ontem- que tão repetidamente têm de apelar para o braço do delegado de polícia – daqueles rebeldes e poderosos senhores rurais de certo período colonial, que eram o governo e a lei de seus domínios.

É perceptível que as práticas oligárquicas durante a Primeira República, principalmente nos pequenos municípios, onde estas relações de poder local eram bem presentes. Além de que as práticas do clientelismo era um fato predominante durante este período, na medida em que determinada pessoa votaria fielmente naquele determinado indivíduo, porque através disto conseguiria um trabalho, remédio, logo os coronéis se beneficiariam ainda mais por meio destas ações. Comparato (2017, p. 108) informa que:

(...) o poder local absoluto dos grandes senhores rurais, qualificados doravante como coronéis. Entre eles e as autoridades públicas firma-se um acordo tácito, pelo qual o coronel dava seu apoio político ao governo, o qual de sua parte comprometia-se a nomear as pessoas indicadas pelo coronel como juízes locais, delegados de polícia, coletores de impostos, agentes do correio e até professoras primárias. Graças a esse modo acordo, o coronel protegia sua clientela e enfrentava seus inimigos pessoais.

Dessa Maneira, quem mais possuía condições que eram justamente os fazendeiros, logo foram estes grandes donos de terras que se favoreceram na Primeira República, já que se favoreciam através dos candidatos para não só isentar-se de alguns impostos, como também se beneficiar de algo. De acordo com Leal, (2012, p. 222). “A corrupção eleitoral tem sido um dos mais notórios e enraizados flagelos do regime representativo do Brasil.”. Verifica-se, que durante a Primeira República existia uma luta por dominação política pelo poder, porque o coronelismo nas mãos de poucos eram questões nítidas, na medida em que as práticas do clientelismo, mandonismo ficaram bastante em bastante evidência naquela época, logo os grandes latifundiários possuíam grande posição de destaque, porque não só

movimentavam a economia dos pequenos municípios, como também controlavam toda base a nível local.

Nessa perspectiva a cidade de Piancó, localizada no sertão paraibano é um exemplo destas práticas de poder durante a Primeira República, quando a família Leite esteve à frente do comando local. Segundo Silva, (2018, p. 3) “Percebemos também que os líderes políticos, tanto aqueles que pleiteavam uma vaga como aqueles que já estavam à frente de um determinado governo fizeram uso de práticas políticas e de sua extensa família para manterem sua influência”. Assim sendo, apresentava-se fortes elementos do domínio oligárquico. É inegável que os interesses pelas relações de poder na cidade já citada acima não eram apenas ligadas apenas a questões políticas, mas principalmente a linhagem de parentela, logo era de suma importância que mantivessem seu predomínio no século XIX.

CORONELISMO NA PARAÍBA

No cenário político da Paraíba durante o período da Primeira República grande parte dos líderes políticos já traziam influência da série de gerações passadas, uma vez que o cenário da família no poder por tanto tempo, remete justamente a construção de uma linhagem de parentela por interesses próprios. Segundo Manguiera (2014, p. 13):

O Estado Oligárquico se caracterizava pela sua extensa concentração no poder, sobretudo, nas zonas mais debilitadas, como as zonas rurais, dominadas pelos grandes proprietários de terras e riquezas. O domínio econômico gerava também, a concentração do poder nas mãos de poucos, bem como tornava as poucas políticas públicas existentes, um meio de assistencialismo e troca de favores entre coronéis, políticos e o povo. O povo, nesse sentido, era a vítima maior.

Destaca-se que no auge do coronelismo, o Brasil tinha como base econômica agrária, pois estes grandes latifundiários controlavam não só a economia, como também possuíam o controle sobre as questões políticas, mantendo assim o seu domínio sob determinada localidade da qual fazia parte. De acordo com Nogueira (2014, p. 15):

A preservação da estrutura coronelista se dava por meio de “parentela”, pois o coronel além de ser pessoa de extrema confiança do Governo dominante e autoridades no geral, dava a sua palavra comprometendo seu fiel empenho e de sua família à campanha eleitoral, juntando e somando votos. Em muitos casos o candidato eleito era o próprio coronel, este que poderia passar seu “trono” no Governo para alguém de confiança familiar, para se dirigir ao exercício de outros cargos Federais ou Estaduais.

Fica visível que os coronéis tinham grande controle a nível local, já que a base econômica do Brasil durante o período da Primeira República era justamente agrária. Para Leal, (2012, p. 60). “... a outra face do filhotismo é o mandonismo, que se manifesta na perseguição aos adversários: ‘para os amigos pão, para os inimigos, pau’. As relações do chefe local com seu adversário raramente são cordiais”. Sendo assim, havia um dissenso político, ou seja, as disputas por poder local eram gigantescas. As práticas coronelistas na Paraíba eram evidentes. Além disso, existia também disputas não só políticas, mas também pessoais por questões de liderança de lideranças. A Agência Folha de São Paulo (1994):

O coronelismo se concentrava nas grandes propriedades do Nordeste, principalmente na Bahia, Ceará e Pernambuco, e foi contido com a Revolução de 30. Um dos motivos da revolução foi a revolta dos coronéis da Paraíba contra a política do presidente (governador) do Estado, João Pessoa, de retirar-lhes o poder. "João Pessoa começou a retirar o poder das mãos dos coronéis e foi assassinado", disse Melo. No plano federal, o governo Vargas adotou prática semelhante à de João Pessoa para neutralizar a força dos coronéis. João Pessoa foi candidato a vice na chapa de Vargas em 30. O professor diz que antes de João Pessoa iniciar o desmantelamento do coronelismo, sua família dominava tudo na Paraíba e teve o "supercoronel" do Nordeste, seu tio, o ex-presidente da República Epitácio Pessoa. "Epitácio foi um coronel clássico, que vivia na Europa e no Rio de Janeiro e controlava tudo na Paraíba à distância".

Nota-se que as consolidações das práticas coronelistas na Paraíba não estão ligadas por questões apenas de poder, como também ligadas a questões de parentela, já que visavam ter o domínio da sociedade somente para se desenvolver uma linhagem de poder local. Nesse sentido, para Carvalho, (2002, p. 41) a Primeira República ficou conhecida como “república dos coronéis”. Coronel era o posto mais alto da hierarquia da Guarda Nacional, sendo geralmente a pessoa mais poderosa do município. Desde o Império exercia grande influência política”. Dessa forma, os chefes locais se mantinham no poder, na medida em que era um contexto não só marcado por promessas, mas também por financiamentos de campanha para obterem proveitos, o que servia como mecanismo para manifestação do poder privado, na medida em que práticas do mandonismo e clientelismo eram perpetuações muito fortes naquela época.

De acordo com Leal, (2012, p. 239). “... não podemos negar que o ‘coronelismo’ corresponde a uma quadra da evolução política do nosso povo, que deixa muito a desejar”. Assim, fica evidente que desde os primórdios um pequeno grupo sempre se favoreceu das regalias do poder, enquanto a maior parte da população era vítima desta dominação de poder exercida pelos grandes latifundiários. Nesta perspectiva para Leal (2014, p. 14):

Nos primeiros quarenta anos da república na Paraíba, dois chefes oligarcas se destacaram por exercerem grandes influências na Região: Álvaro Machado e Eptácio Pessoa. Eles se destacaram nessa política de influências por apresentarem marcas de força na política paraibana e, porque não dizer da política nacional, uma vez que este se expandia por todo território brasileiro. Os coronéis paraibanos eram grandes proprietários de terras, homens que acumularam riquezas, extraindo-a da terra com base, principalmente, na cana de açúcar, algodão e criação de gado.

A questão do coronelismo durante a Primeira República foi muito forte na Paraíba, ao passo que o senhorio tinha fascínio pelo poder local, utilizando muitas vezes, por exemplo, aquele coronelismo cogitado, ou seja, não demonstravam suas verdadeiras intenções, pois aplicavam ao seu favor as questões das promessas que na maioria das vezes não eram cumpridas, com intuito exclusivamente de se manter no poder. Segundo Comparato (2017, p. 228):

Eis a razão pela qual o regime oligárquico sempre existiu entre nós como um fato natural, embora nunca reconhecido oficialmente. Não se trata, porém, daquela oligarquia tradicional, em que o poder supremo pertence exclusivamente à minoria de abastados, mas sim de uma coligação oligárquica, típica do capitalismo, na qual a classe rica permanece sempre unida aos principais agentes do Estado, ficando o povo à margem de todas as decisões

Constata-se, portanto, que é notável as relações de poder durante a Primeira República sempre foram muito fortes no Estado da Paraíba, tendo em vista que estes fatores vêm de longas datas, já que as figuras dos coronéis paraibanos tinham todo o poder, utilizando de suas terras para não só se beneficiar, mas também criar manobras de manipulação do eleitorado. Na cidade de Piancó as práticas de relações de poder não existiam apenas por parte dos coronéis, mas principalmente pelas relações de parentela está atrelada na base do coronelismo, já que a família Leite predominou o poder por tanto tempo na cidade já citada acima durante o período da Primeira República. Neste cenário para Leal (2014, p. 18):

Dessa forma, a política em Piancó não se caracterizava apenas por interesses políticos e partidários, mas sempre, acima de tudo, por alianças familiares, ou seja, sempre teria que haver nessas sociedades o domínio da parentela, por que até aqui o que se visava era o status que à família dominante teria que ter diante da sociedade da época.

Desta forma, na cidade de Piancó, as relações de poder sempre estiveram alicerçadas a lideranças de parentela. Nesse sentido, é importante ressaltar também que esta herança coronelista fez parte da cultura brasileira durante aquele período, principalmente quando se tratava das questões das relações de poder local. Segundo Leal (2012, p. 67):

A essência, portanto, do compromisso “ coronelista” _ salvo situações especiais que não constituem regra _ consiste no seguinte: da parte dos chefes locais, incondicional apoio aos candidatos do oficialismo nas eleições estaduais e federais; da parte da situação estadual, carta branca ao chefe local governista (de preferência o líder da facção local majoritária) em todos os assuntos relativos ao município, inclusive na nomeação de funcionários estaduais do lugar.

As práticas do clientelismo foram práticas bastante visíveis no município de Piancó durante o período da Primeira República, enquanto que os chefes locais utilizavam destes mecanismos para manterem essa linhagem de parentela, construindo assim gradativamente o círculo oligárquico, no qual a presença destes grupos familiares liderava para se dedicar exclusivamente aos seus próprios interesses.

AS FAMÍLIAS NO PODER NA CIDADE DE PIANCÓ NA PRIMEIRA REPÚBLICA

Segundo Ramos, (2020) “... Piancó é uma das cidades mais antigas do nordeste brasileiro, já possuía colonização em 1680”. Na cidade do sertão paraibano citada acima, as suas relações de poder estavam alinhadas principalmente à famílias, na medida em que tinham domínio de poder, emergindo cada vez mais os postos políticos, fazendo com que a oligarquia tornasse autônoma naquela localidade. De acordo com Nogueira (2014, p. 17):

Piancó, município da Paraíba nos anos 1910 a 1920 vivenciava um contexto político e social comum às demais cidades interioranas do Brasil na época da primeira República brasileira. O município era pacato, antigo, pobre, pois não tinha investimento e era mantido pela opressão dos coronéis, trazendo em seu histórico uma trajetória de conflitos. Em sua história inicial o processo de construção da sua política foi marcado pelo poder das oligarquias, domínio dos coronéis. Atualmente, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Piancó possui 15.465 e sua área territorial é de 564 km². Sem embargo do seu território pequeno, Piancó é destacada, por além de ser o marco da passagem da Coluna Prestes na Paraíba, é uma cidade bandeirante⁴. Cidade em que foi tombado o corpo de Domingos Jorge Velho – maior bandeirante/sertanista de todos os tempos.

É importante evidenciar que o poderio político nesta localidade estava centralizado nas mãos de pequenos grupos, já que suas redes de relações de poder estavam justamente ligadas as questões de parentela. Logo, as oligarquias acabam desempenhando poderes de decisão tanto na economia, quanto na política, regendo assim como irá seguir o município. Para Nogueira, (2014, p. 21). “... dessa forma, a política do município de Piancó nos anos de 1910 a 1920 esteve pautada por uma ação mandonista suja e sangrenta”. Além disso, a família que liderava a cidade de Piancó durante o período da Primeira República desejava o poder local acima de tudo, visto que não

visavam o bem-estar da população, desencadeando assim poder conservador por parte da parentela no município. De acordo com Silva (2018, p. 3):

A atuação dos Leite tem início com a chegada dos primeiros membros da família, por volta de 1755, na Paraíba, no Vale do Piancó. Pedro Leite Ferreira e João Leite Ferreira vieram da Bahia como procuradores da Casa da Torre, sendo esta, uma das maiores propriedades do Nordeste. Instalaram-se a princípio na região do atual município de Olho D'água, a distinta família Leite, chegou na região da Serra de Teixeira, já no final deste mesmo século, o Sr. Pedro Leite Ferreira, Pedro Leite Ferreira Filho e seu filho, Quintino Leite Ferreira, instalando-se no sítio Barra do Vieira.¹ Em sua obra intitulada Política de parentela na Paraíba: um estudo de caso, Linda Lewin (1995) destaca a importância em ter um cunhado atuante para preservar sua influência seja no campo político e também econômico chamando a atenção para a esfera local. A mesma cita o exemplo da família Leite - a mesma aqui analisada - no século XIX.

Destaca-se que durante a Primeira República a família Leite permanecia com o domínio de poder, dado que possuíam descendentes influentes para perpetuarem-se no poder por tanto tempo. Segundo o autor Otaviano (1955, p. 44):

A família Leite cujo predomínio político e decantada abastança encadeiravam perto de duzentos anos, no vasto e falado município, era a única força dominante da terra que, por muito tempo, foi conhecida como a Vila Velha de Santo Antônio de Piancó. A estirpe dos Leites nascia de velhos troncos que o governo central jogou para o norte do país com o fim de colonizar a grande região, onde ainda dominavam as tribus cariris e suas ramificações, muito temidas por sua bravura e ferocidade. E, quando a conquista foi uma realidade, formaram-se linhagens de diversas famílias, cada qual firmando seu domínio, onde melhor lhes pareceu nuclear a vida. Requeridas várias sesmarias, essas famílias se firmaram e conseguiram riqueza e predomínio com certa facilidade. Os Leites, no sertão paraibano, foram a linha mais saliente em prestígio político e recursos materiais. Pedro Leite que o govêrno da Bahia jogou para os sertões do Norte para fundar fazendas de gados e auxiliar os remanescentes da Casa da Tôrre, das bandeiras de Piratinga e de Teodosio de Oliveira Ledo, foi pai do comandante João Leite, cuja fortuna transbordou de Piancó e se alastrou pelos Cariris Velhos na Paraíba e Cariris Novos, no Ceará. Foi pai de diversos filhos, homens e mulheres, dentre os quais o Dr. João Leite Ferreira, que se, casou na família Toscano de Brito, na capital, pai do Dr. Felizardo Leite, médico e político de renome no Estado. Antes do Dr. Felizardo, chefiava Piancó o seu tio, coronel Tiburtino Leite, filho do comandante. Também, por esse êsse tempo, o Dr. Paula primo, da família Genipapo, de Piancó, parente dos Leite Ferreira, teve grande ascendência na política sertaneja.

Segundo Ramos (2020), o primeiro prefeito de Piancó foi justamente o Cel. Tiburtino Leite Ferreira no ano de 1895. Logo se transformaram uma das famílias oligárquicas com mais dominação de poder no Estado da Paraíba. É a presença desta família que faz com que se defina a questão coronelista na cidade de Piancó, já que possuíam o poder político dentro das relações de parentela, visto que esta liderança já vinha desde o final do Império, construindo assim um poder hegemônico naquela região durante a Primeira República. Ademais, Otaviano diz (1955,

p. 45):

O comandante João Leite casou uma filha com o Barão do Exú, no sertão pernambucano, dilatando, por isso mesmo mais renome e prestígio de sua família. Em virtude de tôdas essas circunstâncias, conservavam êles sempre a hegemonia política no sertão paraibano, com raízes profundas na capital. Mesmo, no tempo do Império, a mudança de partido não os alterava, porque uma parte pertencia ao partido Liberal e outra ao Conservador. De qualquer forma, o prestígio não fugia de suas mãos. Havia, pois, certa razão para êsse timbre de orgulho e vaidade que tanto cresceu nas últimas décadas do segundo Império e a própria República o consolidou.

Observa-se que predomínio desta família era muito forte, uma vez que a própria parentela possuía os fazendeiros mais ricos, logo obtinha não só influência, como também prestígio social naquela localidade. Assim sendo, os comandos dos Leites já estavam consolidados há muito tempo, já que foi demonstrado na eleição do Primeiro Prefeito de Piancó durante o período da Primeira República, perpetuando assim a família com o poder centralizador naquela cidade. Portanto, para Mariz (1954):

O papel da família Leite na vida do município, ou melhor, da região e do Estado. O seu predomínio natural como elemento de onde saíam os fazendeiros mais ricos, os homens de mais traquejo, de maior ousadia, de mais largas relações e conseqüentemente de mais segura influência social. Descendentes dos antigos conquistadores, João Leite Ferreira ali se instalava nos primeiros decênios do século XVII, adquirindo terras à casa da Torre, de cujas posses pedia confirmação ao governo da capitania em 1759. O segundo João Leite, neto ou bisneto do primeiro e filho de Pedro Leite, era chefe do partido Liberal no segundo Império, com um prestígio sem igualdade no Piancó. Foi deputado à Assembleia provincial na legislatura de 1840-42. Se no triênio seguinte prejudicou-se a sua representação com a queda dos liberais em todo país e a insuficiência das leis que regulavam os pleitos, já na composição de 1846, e em outras sucessivas, vinha como deputado o seu genro Izidro Leite, bacharel em Direito, e nunca mais os leites deixaram de ter representante na Assembleia quando a sua parcialidade subia. Em 1862 vinha como deputado o dr. João Leite Ferreira, o 3 do nome, que se casara na capital com a primogênita do chefe do partido na província, o comendador Felizardo Toscano de Brito, a quem, com a morte dêste, sucedeu no comando partidário e em postos parlamentares e de governo. Em seguida aparecem o dr. Paula Primo e o Cel. Tiburtino Leite Ferreira com a mesma força e o mesmo fastígio de poder.

Apesar de toda liderança desta família não só no cenário social, mas também no político. Entretanto, em meio a todo este poderio dos Leite, surge a figura do Padre Aristides, visando entrar no sistema de oposição a este poder centralizador da família Leite, logo se opondo as práticas de interesse ocasionadas pelas lideranças citadas acima. A partir da entrada da participação do Padre Aristides, as questões conflituosas começam a desencadear arduamente na cidade de Piancó, visto que os Leites se deparam com a figura de um líder político opositor as suas concepções de política, tendo em vista que também já estavam acostumados com o poder

local voltados somente para se durante a época da República.

PADRE ARISTIDES E SUA TRAJETÓRIA EM PIANCÓ

Não há dúvidas que havia toda uma relação destas famílias, na medida em que os filhos geralmente ocupavam postos de prestígios, já que se tornavam advogados, médicos, possuíam cargos importante no governo, já outros se atuavam fazendeiros ou padres. A região de Piancó por muito tempo foi governada pela parentela Leite. Segundo Silva (2018, p. 4):

De um modo geral, os indivíduos dedicavam lealdade primária ao próprio grupo familiar, a afiliação partidária se constituindo num fenômeno derivado. Isso significa que o pressuposto principal da afiliação era o de que uma família de elite seria leal a um bloco de aliados e normalmente a segmentos familiares entrecasados para fins associativos, o longo relacionamento que os leite de Piancó mantiveram com o Partido Liberal ilustra esse fato.

De acordo com Mariz (1954): “... na plenitude do poder da ilustre família, surge em Piancó, nomeado vigário, o padre Aristides Ferreira da Cruz”. Padre Aristides teve certa importância política na Paraíba, nos anos que atuou como padre na região do Piancó a partir do ano de 1902. O sacerdote natural da antiga fazenda Lagoas, hoje Município de Pombal, nasceu no dia 18 de junho de 1872. Filho de Jorge Ferreira da Cruz e Dona Joana Ferreira da Cruz. De acordo com Otaviano (1954, p. 29):

Seu pai possuía ali o sítio mundo novo, limites de Pombal com Catolé do Rocha, onde morou alguns anos, passando-se, em 1874, para outra propriedade sua – Catolezinho - no referido município de Catolé, onde fez residência definitiva; mas não esqueceu a morada primitiva, tendo por ela grande desvelo. Tanto que, antes de morrerem, os pais de Aristides pediram aos filhos que os sepultassem em Lagoas, o que foi cumprido. Daí o engano em se dizer que o padre Aristides é filho de Catolédo Rocha. Não o é. Ele (apenas, com menos de dois anos de idade, foi que começou a viver nesse município. Seus avós paternos eram da família cruz e Linhares, ramificada pela Paraíba e Rio Grande do Norte. Pelo lado materno, foi seu avô o capitão João Batista Ferreira Chaves, gente de vulto no visinho Estado nortista, mas o seu verdadeiro tronco parece que se enraizou em Inhamus e Riacho do Sangue, no Ceará. Aos dez anos de idade, iniciou seu estudos primários no Colégio que Antônio Gomes de Arruda Barreto, por muitos anos, carregou às costas pelos sertões paraibanos e rio-grandenses do Norte, na ânsia sempre gloriosa de ministrar o ensino aos esquecidos dos poderes públicos. Antônio Gomes foi um grande mestre daqueles tempos: professor, jornalista de têmpera, poeta satírico, folclorista, orador, parlamentar de altos recursos, como demonstrou, quando fez parte da nossa Assembléia Estadual, ao começar o segundo decênio da proclamação da República.

Figura 1: Padre Aristides Ferreira da Cruz.



Monteiro, (1955).

De acordo Otaviano, (1954): “o padre Aristides Viera, do Rio Grande do Norte, a chamado de D. Adauto, para os trabalhos pastorais de Piancó e outras paróquias sertanejas”. O sacerdote logo conquistou o povo Piancoense com sua fisionomia de filho do sertão. Inicialmente o padre mantinha boa relação com a família Leite naquela região, já que prestava bons serviços na Igreja. Ademais, o autor Otaviano (1954, p. 47) diz:

Ordenado, em fins do ano anterior, moço, forte, de fisionomia simpática, manifestando todo calor de trabalhar pela igreja, filho do sertão, identificado com sua gente, arrastando fama de inteligente, atraiu logo todos os olhares da população piancoense, como o melhor substituto do padre Malibeu Lima que, em breve dias, deixaria Piancó. E o povo, com chefes políticos à frente, pediu, ou melhor, exigiu do novo prelado, a deferência da unânime petição. Entre palmas e aclamações, D. Adauto disse que sim. A festa pastoral cresceu de expressão, transbordando entre todos verdadeira alegria comunicativa. Evidencia-se que o padre Aristides possuía relação amistosa com a família Leite, já que naquele momento não representava perigo. Entretanto, o padre começou a se revoltar com as péssimas formas de tratamento não só com o povo, mas também com a política adotada pelo deputado federal Dr. Felizardo Leite, já que chefiava aquela região. Ademais, foi exatamente isso que fez com que perdesse seu poder na igreja, visto que se colocou contra a família dominante na cidade de Piancó.

CONFLITO DA FAMÍLIA LEITE COM O PADRE ARISTIDES FERREIRA DA CRUZ

No ano de 1912, com o afastamento do padre Aristides da Igreja, devido se rebelar contra a família predominante naquela região, iniciam-se os conflitos entre eles. O padre se tornou o principal rival da família Leite, a situação política durante os anos de 1912 e 1922 foram repletos de tensão. Como apresenta Cavalcanti (2004, p. 34):

Este conjunto produziu efeitos contra e favor do padre. Contra, porque ele teria que vencer a dominação tradicional da Oligarquia Leite em toda a região. Visto que o entendimento para esse tipo de dominação que se prestava o povo piancoense fundamentava-se e legitimava-se no passado daquela vila, ou seja, aos Leite, família que fez da vila a sua prosperidade, comandando e dominando praticamente toda região. Isto pesava muito. Entendo que esta dominação tradicional dos Leites tenha consistido na principal dificuldade encontrada pelo padre Aristides para vencer o inimigo no seu campo de batalha. Foi grande a propaganda ideológica dessa família para denegrir a imagem do padre Aristides, segundo constam nas fontes pesquisadas.

Desse modo, combater uma família que liderava há tanto tempo naquela região era uma situação árdua. Segundo a autora Cavalcanti, (2004). “Infelizes foram os Leite quando se enganaram com a aparência dócil do padre Aristides. Não utilizaram a propedêutica”. Com suporte nisso, a luta política começou a ser fervorosa, dado que Aristides estava travando uma disputa por poder contra a parentela mais potente naquela região durante aquele período. Para Cavalcanti (2004, p. 26):

Combater qualquer ameaça imposta pela nova classe era sem dúvida uma ação entendida como normal para o acostumado grupo social das oligarquias. Foi assim que fizeram os Leite em Piancó, quando perceberam a ameaça daquele padre, que chegara a Piancó sem oferecer qualquer perigo. Pelo menos, foi essa a primeira suposição dos Leite com relação àquele homem de altura mediana, alguns quilos acima da média para sua estatura. Enfim, com diz o padre Manuel Otaviano, o autor do único livro que menciona os fatos desse estudo, esta “boa” impressão que tiveram os Leite num primeiro momento sobre o padre Aristides foi completada com o comportamento do padre. Este “ não gracejava, não ria, embora conservasse um arprazenteiro, palavras mansas, moderadas. Cai bem aqui o velho ditado popular: - Um lobo na pele de cordeiro. ”

Vale frisar que o padre não tinha interesse de romper com os Leite, aliás, só os abandona quando percebe abusos de autoridade feitos por Dr. Felizardo, e isso faz com que se torne grande opositor desta família. Em virtude disso, a imagem do padre ganha força também quando a presença dos Leite é apenas representativa por parte dos seus respectivos aliados, já que abusavam da autoridade em Piancó. Além disso, o padre quando partiu diretamente para o enfrentamento contra este agrupamento, utiliza de conflitos antigos, com intuito de desconstruir a imagem dos Leite por meio de calúnias diante daquela localidade. Otaviano (1954, p. 56) afirma que:

Padre Aristides não tinha, ao que parece, intenções de romper com a valoroso chefe piancoense, tanto que êste, ao chegar do Rio, recebeu ainda a visita do padre, em companhia de alguns amigos. Julgava que Felizardo, inteirado da verdadeira situação de Piancó, desaprovasse a má orientação de seus representantes e fizesse as cousas voltarem a seus lofares. Tudo, porém, resultou de modo contrário. O Dr. Felizardo recebeu mal o padre e lhe exproboou, testa a testa, a sua traição. Estava informado de que êle andava trabalhando contra seus amigos, e, portanto, contra sua orientação política, em Piancó. Isso foi dito em tom de ameaça, voz bradada, semblante carregado e olhos

chispantes. Padre Aristides, porém, tinha estopim nos nervos. Explodiu. Rebateu no mesmo tom, as ameaças, disse-lhe da razão de seu afastamento de seus prepostos no município e acentuou que dali por diante, iria combater a prepotência dos Leites.

A partir disso, os conflitos aumentaram entre eles, desenvolvendo a desunião por longos anos. Desde então se tornou proibido até falar em neutralidade, na medida em que cada indivíduo deveria escolher seu lado nesta disputa dos partidos pela luta por poder local naquela terra. A situação do padre não era fácil, visto que os donos do poder na política eram os Leites. Cavalcanti (2004, p. 32) diz:

A política começava a efervescer em Piancó. Os Leite apoiando o grupo venancista. O padre, apoiando o grupo epitacista. Isso nas eleições de 1918, onde Epitácio foi eleito presidente, governado de 1919 e 1922. Nesse mesmo ano, agosto de 1922, houve um tiroteio entre o padre e o grupo dos Leites, que durou 26 horas seguidas. Vendo-se sem recursos para enfrentar o poder de fogo dos homens de Dr. Felizardo, o padre foge para Sousa. Sabendo do que havia ocorrido com o padre Aristides em Piancó, Epitácio Pessoa não hesitou em mandar o exército escoltar o padre de volta para Piancó.

Fica evidente que o cenário político conflituoso em Piancó. Em meio a tudo isso também a batalha seria ainda mais agravada com a crise do cenário político que existia no Brasil naquela época. Dessa forma, dentro deste cenário existia a Coluna Prestes que mesmose encaminhando por boa parte do território do nordeste brasileiro, também teve sua passagem pela região de Piancó, já que veio complicar ainda mais a situação de desentendimentos políticos entre os Leite e padre Aristides. Diante disso, escreveu Mangueira (2014, 1p. 10):

O agravamento da crise econômica deu origem a grandes movimentos, principalmente à revolução de 30. Com o fracasso inesperado dos movimentos seus líderes resolvem então se unir e, assim formaram a grande Marcha dos tenentes percorrendo os vários Estados do Brasil ¹. Ao passar na Paraíba e em particular no município de Piancó, a Coluna Prestes provocou agitações e padecimento de moradores, quando envoltos na resistência organizada pelo político e sacerdote do município, padre Aristides Ferreira da Cruz tiveram, desencadearam um conflito armado de grande proporção e com varias mortes.

É, portanto, visível que o padre Aristides lutava contra as práticas não só mandonistas da família Leite, mas também procurava destruir o poder da parentela já citada anteriormente, na medida em que predominavam o poder naquela vila. De acordo com Otaviano (1954): “... todo o Piancó que obedecia à orientação política do Dr. Felizardo Leite rebelou-se contra o padre Aristides”. A árdua briga do sacerdote para derrubar esta família não era nada fácil, porque existia não só a questão do predomínio, como também havia gigantesco vigor de poder local. Ainda de

acordo com Manguiera (2014, p. 21):

Sempre derrotado nas eleições locais, porque o predomínio e o poder dessa corrente era muito forte, se manteve numa posição ideológica-política opositora. Era pessoa de extremo respeito, sempre buscava conquistar seu objetivo que era “salvar” o povo da política dos Leites, segundo o que preceitua as referências do historiador Otaviano. Nunca chegou a dirigir o município como queria, mas estava presente no contexto político de Piancó arrastando grupos de pessoas na sua política liberalista.

Entretanto, no ano de 1916, o padre ainda conseguira se eleger deputado naquela localidade. O sacerdote foi reeleito por mais de duas vezes consecutivas para Deputado Estadual, mesmo sendo grande rival da família hegemônica. Além disso, foi este indivíduo que chefiou as pessoas de Piancó contra os sujeitos da Coluna Prestes naquele território. Otaviano (1954, p. 121) diz:

Perderam mais da metade de seus bravos companheiros, é certo, mas infligiram aos invasores maior prejuízo de vidas. Padre Aristides, com seus bravos companheiros, só se rendeu, quando esgotada a munição, não lhe restava mais o mínimo recurso de defesa. Pegado às mãos pela avalanche sinistra e desumana, não esmoreceu e nem pediu complacência. Apenas, em altos brados, pediu: << sei que vou morrer, mas apenas peço ao comandante da força que me dê uma ligeira trégua só em quantorezo uma pequena oração. >> Um ato de contrição>>. Sou sacerdote e não devo morrer sem pedir perdão a Deus de minhas grandes culpas>>. Nem essa trégua lhe foi concedida, dizem os que ouviram o pedido do padre aflito, no momento de ser executado, e a resposta de seus algozes: << que trégua, que nada... que padre, que nada...!... degola êste assassino de nossos camaradas... e todos estes bandidos que estão com êle >>. Foi essa a ordem, pronta e imediata, do comandante do pelotão que o aprisionou. Não é invencionice nem recurso do escritor ao apanhar essas palavras.

Sendo assim, portanto, Padre Aristides, mesmo resistindo arduamente e combatendo as lutas contra os modelos de domínio opressor impostos pelas oligarquias existentes na região de Piancó vieram a sucumbir perante o conflito armado contra os revoltosos da coluna prestes, que avançaram contra o mesmo e contra seus apoiadores, já que foi neste momento em que o conflito partiu para o combate físico, onde uma maioria acabou derrotando o padre. Em vista disso, para Filho, (2003). “... mal poderíamos supor que a incursão dos revoltosos em nosso território tivesse seu epílogo nessa dolorosa tragédia de que era teatro a Vila do Piancó”. Desta maneira, com o falecimento do sacerdote, morreu também a oposição a essas antigas estruturas de poder. Há de se observar os questionamentos dos outros possíveis interesses de poder que possam ter impulsionado o padre Aristides Ferreira da Cruz a combater a hegemonia da família Leite em Piancó.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo da pesquisa foi possível perceber o peso do coronelismo e das relações de poder por parte da parentela durante o período da Primeira República, logo contribuíram diretamente afetando o contexto daquela região, já que o predomínio continuou nas mãos dos mesmos.

Evidencia-se que o poderio político era representado pela grande força coronelista desde o período da Primeira República. A maior prova disso foi a ascensão da família Leite, onde seu poderio atravessou gerações, tornando-se uma oligarquia poderosa naquela região onde exerciam seu predomínio por meio de barganhas mandonistas. Tornou-se notório também que qualquer indivíduo opositor que tivesse intuito de derrubar a hegemonia dos Leite naquele local, acabava sofrendo perseguições. A figura do padre Aristides foi exemplo nítido disto, visto que a partir do momento que se opôs, sofreu perseguições das mais diversas formas. Entretanto, com a chegada da coluna prestes, infelizmente o padre obteve fim trágico, já que lutou contra os revoltosos, tendo em vista que foi devido justamente a isso que ocasionou sua morte devastadora.

Dessa forma, observa-se neste artigo que as questões coronelistas estavam atreladas muitas vezes a linhagem de parentela. A ascensão da família Leite possuía os fazendeiros mais poderosos, homens de grande influência, não só na política, como também social, com isso resultou nas continuidades de suas gerações, dado que comandaram a cidade de Piancó por mais de duzentos anos, a considerada vila de Piancó, onde ações de abuso de autoridade eram pertinentes naquela região por parte destes chefes locais e quem se opor-se sofreria as consequências.

Aliado a isso, maior exemplo disto foi a trajetória da interessante figura do Padre Aristides, logo quando passou a não concordar com as posições da família predominante, tornou-se não só excluído da sua posição de sacerdote, mas também perseguido fervorosamente pelos considerados “donos de tudo” naquela cidade. De acordo com Cavalcanti, (2004). “A herança recebida por Felizardo Leite pode ser qualificada como social, econômica e política”. Além disso, com a morte do sacerdote, a ascensão dos Leite é retomada novamente, ou seja, a história se repete, onde o poder local nas mãos de poucas pessoas prevalece.

REFERÊNCIAS

AGÊNCIA FOLHA. Coronelismo veio com a República . **Folha de S. Paulo, São Paulo**, 20 fev., 1994. Bezerra, Juliana. s.d. “Guarda Nacional: criação e atuação no período regencial.” Toda Matéria. Acesso em URL. <https://www.todamateria.com.br/guarda-nacional/>.

BRASILINO Filho, Clodoaldo. **Piancó: 250 anos de história**. 1. ed. João Pessoa: Imprell, 2003.

CARVALHO, José Murilo de. Os bestializados: **o Rio de Janeiro e a República que não foi**. 1. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

CARVALHO, José Murilo de. Cidadania no Brasil: **o longo caminho**. 1. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002. .

CAVALCANTI, Rúbia Micheline Moreira. **A Coluna Prestes em Piancó: caso Padre Aristides**. 1. ed. João Pessoa: Imprell, 2004.

COMPARATO, Fábio Konder. **A oligarquia brasileira: visão histórica**. 1. ed. São Paulo: Contracorrente, 2017.

GONÇALVES, Flávia Máira de Araújo *et al.*. **Minimanual de História**. 1. ed. São Paulo: Rideel, 2018.

LEAL, Victor Nunes. **Coronelismo, enxada e Voto**. 7. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

LEWIN, Linda. **Organização de parentesco no Nordeste brasileiro**. 1. ed. Cambridge, 1979.

MANGUEIRA, Nadja Mayelle Inácio. **Contestação e crise na República Velha**. 1. ed. Cajazeiras, 2014.

MARIZ, Celso. **Apará e o Pajeú**. 1. ed. João Pessoa: A União Editora, . 1954.

MONTEIRO, Alencar. “O padre sangrado.” **Revista O Cruzeiro**, 1955.

NOGUEIRA, Valdecir Santos. **O Coronelismo no Brasil**. 1. ed. São Paulo: Editora Acadêmica, 2014.

OTAVIANO, Manoel. **Os Mártires de Piancó**. 1. ed. João Pessoa: Teone, 1954.

RAMOS, José. **O Poder dos Leite**. 1. ed. João Pessoa: Editora Universitária, 2020.

SILVA, Dêis Maria Lima Cunha. “**Familismo e parentela ...**” Anais ANPUH-PE. 2018.